



informativo

Impresso
Especial
9912208195/2008 DR/PR
APUFPR-SSIND
...CORREIOS...



APUFPR-SSIND

Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná - Seção Sindical do ANDES-SN

Edição nº 26 - Ano 2 - setembro de 2008

Momento Decisivo

Leia nesta edição:

Vale a pena ver de novo:
respostas do Prof. Dr. Zaki
Akel ao Informativo da
APUFPR - as propostas
feitas pelo candidato

Professores aprovam luta
em defesa do ANDES

Comunidade
acadêmica
escolhe novo
gestor
da UFPR !





Novos tempos?

É importante lembrar que historicamente a Universidade desenvolve suas funções essenciais em torno do tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Segundo Edgar Morin os pontos essenciais da missão de ensinar são:

- fornecer uma cultura que permita distinguir, contextualizar, globalizar os problemas multidimensionais, globais e fundamentais, e dedicar-se a eles;
- preparar as mentes para responder os desafios que a crescente complexidade dos problemas impõe ao conhecimento humano;
- preparar as mentes para enfrentar as incertezas que não param de aumentar, levando-as não somente a descobrirem a história incerta e aleatória do universo, da vida, da humanidade, mas promovendo nelas a inteligência estratégica e a aposta em um mundo melhor;
- educar para a compreensão humana entre os próximos e os distantes;
- ensinar a cidadania terrena,

ensinando a humanidade em sua unidade antropológica e suas diversidades individuais e culturais, bem como em sua comunidade de destino, própria à era planetária, em que todos os animais enfrentam os mesmos problemas vitais e mortais.

Missão esta que é elevada e difícil, uma vez que supõe, ao mesmo tempo, arte, amor, ciência e sabedoria.

A Universidade enfrenta a paradoxal dupla função: adaptar-se à modernidade científica e integrá-la; responder às necessidades fundamentais da formação, mas também, e sobretudo, fornecer um ensino metaprofissional, metatécnico, isto é, uma cultura de humanidades.

A Universidade deve adaptar-se à sociedade ou a sociedade é que deve adaptar-se à Universidade?

A Universidade deve, ao mesmo tempo, adaptar-se às necessidades da sociedade contemporânea e realizar sua missão transecular de conservação, transmissão e enriquecimento de um patrimônio cultural, sem o

que não passaríamos de máquinas de produção e consumo.

Isso nos faz lembrar as palavras de Talcott Parsons quando diz que a função nuclear da Universidade se constitui em pesquisa e a promoção de jovens pesquisadores; a preparação acadêmica à profissão; à produção de um saber tecnicamente aproveitável; formação geral e contribuições ao auto-entendimento cultural e ao esclarecimento intelectual.

Essa breve reflexão sobre o papel da Universidade, no momento de transição em que vive a UFPR, é de suma importância para toda a comunidade acadêmica, pois se renovam as expectativas de que a UFPR retome a verdadeira essência do espírito de UNIVERSIDADE.

Que fique no passado a subserviência e os interesses imediatistas que destoam da missão transecular da UNIVERSIDADE.

*Prof^o Dr Gelson João Tesser –
Diretor de Imprensa
Luciano Padilha –
Jornalista APUFPR*

EXPEDIENTE



Informativo
APUFPR-SSIND

Publicação mensal da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, Seção Sindical do ANDES - Sindicato Nacional

DIRETORIA - GESTÃO 2007/2009

Presidente: Arislete Dantas de Aquino
Vice-presidente: Wilson Alcântara Soares
Secretária-geral: Carmen Lúcia Fornari Diez
1º Secretário: Clóvis Pereira da Silva
Tesoureiro: Camilo Borges Neto
1º Tesoureiro: Luiz Antonio Passos Cardoso
Diretor Administrativo: Hélio Germiniani
Diretora Cultural: Leandra Ulbricht
Diretor de Esporte: Airton Ruy Antunes dos Santos
Diretor Jurídico: Afonso C. C. Teixeira de Freitas
Diretora Social: Susana da Costa Ferreira
Diretor de Imprensa: Gelson João Tesser

PRODUÇÃO

Jornalista Responsável: Luciano Padilha (DRT 6227-PR)
imprensa@apufpr.org.br
Projeto Gráfico e Editoração: Lance Livre Design
Impressão: Editora Gráfica Popular
Tiragem: 3.000 exemplares

*Distribuição gratuita e dirigida

Comunidade Acadêmica escolhe Zaki Akel Sobrinho para o cargo de Reitor da UFPR

A Comissão Paritária de Consulta divulgou o resultado das eleições para os cargos de Reitor e Vice-reitor da UFPR, onde 57,97% dos votos válidos foram atribuídos a chapa Zaki Akel / Rogério Mulinari. A outra chapa formada pelos professores Cid Aimbiré e Francisco de Assis Mendonça obteve 42,03%.

Votos da chapa Zaki e Mulinari - estudantes: 2246; técnico-administra-

tivos: 1708; professores: 974.

Votos da chapa Cid e Francisco - estudantes: 3177; técnico-administrativos: 956; professores: 625.

Votos em Branco - Estudantes: 47; técnico-administrativos: 28; professores: 23.

Votos nulos - estudantes: 167; técnico-administrativos: 144; professores: 94.

Total de votos - estudantes: 5637; técnico-administrativos: 2836; profes-

sores: 1716. Total geral de votos - 10189..



Entrevista com o candidato eleito à nova gestão da UFPR



É comum ouvir o ditado - "o brasileiro tem memória curta", mas será que isso é uma verdade?

O que se pode afirmar, em diversas esferas, é que a tolerância

com promessas não cumpridas está cada vez menor.

Por isso esta edição fez questão de trazer as respostas dadas pelo Prof. Dr. Zaki Akel ao Informativo

da APUFPR antes da Consulta a Comunidade Universitária.

Confira também suas propostas para a gestão da UFPR.

➔ Prof. Dr. Zaki Akel Sobrinho

Graduação em Administração pela Universidade Federal do Paraná (1979), mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983) e doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo (2000).

PROFESSOR ADJUNTO IV da Universidade Federal do Paraná e Membro de corpo editorial da Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC) (1516-3865).

Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração de Empresas. Atuando principalmente nos seguintes temas: ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO, MARKETING DE VAREJO.

(fonte: Plataforma Lattes)

1 - Qual o modelo de gestão que o professor irá adotar?

Vamos utilizar um modelo de Gestão Participativa, valorizando a participação dos Conselhos Superiores, envolvendo as bases dos departamentos, colegiados de curso, conselhos setoriais e engajando todos os segmentos da comunidade para elaborarmos um diagnóstico de cada área temática, montando a seguir um grande Planejamento Estratégico, que esteja em con-

sonância com o PPI e o PDI, permitindo a coordenação do trabalho de todas as nossas unidades administrativas.

2 - Qual será o primeiro passo como Reitor?

A primeira medida será uma grande mobilização das forças e talentos de nossa Universidade, independente de origens e visões de Universidade distintas. Passadas as eleições somos todos membros da comunidade UFPR. Vamos priorizar a



atenção as pessoas, sejam servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes. Este é o nosso maior patrimônio.

3 - Qual a sua concepção sobre Universidade?

Temos que fazer as nossas tarefas intrinsecamente indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para propor soluções aos problemas sociais, econômicos e de sustentabilidade de nosso estado. Formando profissionais cidadãos engajados em retribuir a sociedade pelo que receberam na nossa Universidade e produzindo ciência de alto nível, mas também com relevância social.

4 - O que espera encontrar ao assumir a Reitoria?

Temos certeza que a Universidade tem grandes desafios para os próximos quatro anos. Implantar o REUNI, resolver questões de nossos Hospitais Universitários e, sobretudo, resgatar a coordenação entre as diversas áreas. Mas estamos em um momento conjuntural favorável e isto será muito positivo.

5 - Será dada continuidade a gestão anterior?

Procuraremos examinar com cautela cada área e verificar o que está funcionando bem. Não devemos desperdiçar capacidade e experiência acumulada. Mas certamente serão necessárias diversas mudanças e aperfeiçoamentos, visando uma gestão com critérios técnicos na formação da equipe diretiva e no estilo de condução dos temas.

6 - O que os professores podem esperar da sua gestão?

Muito apoio e oportunidade de crescimento e participação. Queremos estimular cada um a realizar seu potencial, com

políticas institucionais de capacitação e melhores condições de trabalho. Devemos incorporar novas tecnologias de ensino, intensificar as oportunidades de internacionalização e intercâmbio, apoiar grupos emergentes de pesquisa e fazer a extensão ocupar seu lugar de ponte com a comunidade externa.

7 - Qual a sua visão sobre a implantação do REUNI na UFPR?

O REUNI tem pactuado com o MEC grande desafios, sobretudo nas metas que deveremos alcançar ao longo do tempo. Como foi um compromisso coletivo, temos certeza que devemos agora elaborar análises científicas sobre temas como evasão, retenção e, sobretudo, sobre as reformulações que estão no bojo do projeto. Não devemos focar apenas na expansão, mas temos também que cuidar da consolidação do nosso esforço de crescimento.

Quais suas propostas para incentivar pesquisa entre professores?

A universidade deve reconhecer que aptidão para pesquisa é uma competência a ser fomentada e desenvolvida, como qualquer outra habilidade. Devem ser criados fatores motivadores para os pesquisadores jovens, não necessariamente recém-doutores. Docentes e técnicos de nível superior sejam especialistas, mestres ou doutores, devem ser alvo de política de fomento à inclusão em ações de pesquisa dentro de suas áreas e competências. Docentes e técnicos de nível superior envolvidos com atividades de extensão muitas vezes desconhecem o potencial de seus projetos e programas na geração de ciência, em especial na área de aplicação e a UFPR deve dispor

de mecanismos para promoção deste potencial.

O incentivo a pesquisa está também diretamente relacionado com melhor divulgação institucional dos Editais disponibilizados pelas agências de fomento, o estabelecimento de unidades de apoio ao pesquisador para instrumentação das propostas de projetos a ser apresentados e apoio ao pesquisador para que viabilize o cumprimento das metas estabelecidas no projeto financiado.

Nossa gestão planeja a criação de uma estrutura de apoio ao conhecimento de editais, preparo de projetos, controle de tramitação e controle de cronograma financeiro, que estará disponível a todos os pesquisadores, experientes ou iniciantes, mediante demanda dos programas de pós-graduação na PRPPG.

Como pretende angariar recursos para atingir as metas da próxima gestão?

Zaki e Mulinari propõem que uma grande universidade, como a UFPR, deve angariar recursos para viabilizar as políticas definidas pelo seu conselho máximo com múltiplas bases, inclusive: na excelência de sua produtividade nos indicadores da matriz MEC, na excelência da produtividade de seus pesquisadores (CV Lattes) aplicados a editais das agências de fomento, com contrapartida institucional, nas suas ações em fóruns políticos de decisão de alocação de recursos, como as emendas de parlamentares amigos da UFPR, de bancada e da ANDIFES, e, finalmente, na interação com a sociedade paranaense, seja mediante ação de seus ex-alunos ou nas parcerias com empresas públicas dentro das áreas comuns de atuação. ■



Graduação

- Respeitar as decisões do Fórum de Coordenadores na Política de Graduação;
- Dedicar a PROGRAD a apoiar as ações das Coordenações de Graduação;
- Viabilizar a participação de membros dos Colegiados de Graduação em eventos nacionais de educação;
- Expandir o programa de bolsas discentes na iniciação científica, exten-

Propostas



são e monitoria;

- Apresentar critérios transparentes e estáveis na concessão de bolsas discentes;
- Implantar e fomentar as atividades formativas flexíveis para enriquecimento da formação curricular;
- Fomentar o intercâmbio discente com outras instituições nacionais e internacionais;
- Estimular a mobilidade acadêmica discente;
- Avaliar e ajustar o PROVAR;

- Avaliar e ajustar o Vestibular em duas fases;
- Propiciar condições de apoio real aos cursos que tenham discentes com necessidades especiais;
- Estabelecer programa de bolsas de estudo integrais para apoiar alunos com risco de evasão por situações econômicas, mantendo controle de concessão meritocrática;
- Criar um programa de qualidade de vida discente;
- Avaliar constantemente o impacto

do programa de bolsas discentes;

- Debater o conceito de “tunning” dos cursos de graduação parceiros para fomento de mobilidade acadêmica.

Pós-Graduação e Pesquisa

- Estimular o crescimento de programas CAPES 5 e 6;
- Fortalecer programas de PG CAPES 3 e 4;
- Estabelecer novas fontes de financiamento para novos programas de PG;
- Apoiar Grupos de Pesquisa não consolidados na captação de recursos;
- Estabelecer contrapartidas para implantação de projetos institucionais compartilhados;
- Estabelecer programas regulares de manutenção de equipamentos compartilhados;
- Estimular a inclusão de pesquisadores isolados e independentes, técnico-administrativos ou docentes, em programas estabelecidos de PG;
- Envolver servidores técnico-administrativos na coordenação de programas e projetos de pesquisa.

Extensão

- Estabelecer uma Política de Cultura para a UFPR com apoio acadêmico;
- Ampliar o registro das atividades de extensão;
- Reduzir o esforço burocrático no registro das atividades de extensão;
- Estabelecer programa de financiamento institucional para atividades de extensão;
- Buscar parceiros institucionais para fomento de programas e projetos de extensão;
- Apoiar a participação de membros dos comitês de extensão em eventos nacionais de extensão;
- Envolver servidores técnico-administrativos na coordenação de programas e projetos de extensão.

Educação a Distância

- Ampliar as condições tecnológicas em todos os cursos de graduação e pós-graduação da UFPR;
- Fortalecer as condições de oferta e manutenção de cursos na modalidade EaD em nível de graduação e pós-graduação;
- Institucionalizar uma identidade da EaD dentro da UFPR, mediante criação de novos regulamentos e instruções para o funcionamento de cursos a

distância, acompanhando as tendências atuais de gestão, de encaminhamento didático-pedagógico, de requisitos tecnológicos, de qualificação das equipes;

- Institucionalizar as carreiras e abertura de vagas para professor e tutor em Educação a Distância;
- Formar professores de Educação a Distância mediante curso de Especialização e, na seqüência, Mestrado e Doutorado, bem como atualização, aperfeiçoamento e oferta permanente do Curso de Capacitação de Tutores;
- Buscar recursos para investir em estruturas físicas e tecnológicas e/ou ampliar/fortalecer as já existentes, para que possa ser desenvolvido um trabalho específico e consistente em EaD (Rádio e TV UFPR, AVA Moodle da UFPR, auditório multimídia do NEAD, Unidade de Planejamento e Produção de Material Didático do NEAD);
- Incentivar o uso dos recursos tecnológicos aplicados às propostas educacionais, às estratégias de ensino-aprendizagem que privilegiem a co-autoria e a integração das mídias, ao desenvolvimento de competências em professores e alunos que contribuam à melhoria da Educação como um todo, à universalização e a democratização do ensino mediante critérios de qualidade e seriedade das propostas;
- Apoiar a participação da UFPR em programas nacionais de EaD, como a Universidade Aberta do Brasil, principalmente considerando o impacto que esta participação já está tendo para a liberação de vagas docentes e de técnico-administrativos para as IFES e considerando também a importância social da participação das IFES em tais programas.

Gestão de Pessoas

- Estabelecer uma política transparente para a qualificação e capacitação de servidores técnicos e docentes;
- Desenvolver núcleos de gestão de pessoas nas unidades administrativas;
- Estabelecer política de movimentação de servidores;
- Desenvolver programa de qualidade de vida, com atenção global à saúde de servidores e familiares;
- Criar programa de proteção à maternidade e infância dos servidores e

familiares;

- Pactuar seguro saúde aos servidores;
- Implantar programa de vida saudável no ambiente de trabalho e no lazer.

Alocação de Recursos

- Estabelecer sistema confiável de gestão de recursos;
- Manter atualizada a base de informações gerenciais auditadas com transparência;
- Manter programa transparente de projetos prioritários para unidades administrativas;
- Expandir a captação de recursos adicionais e extraordinários aos orçamentados pela matriz de distribuição MEC.

Comunicação

- Estabelecer Conselho Gestor de Comunicação Institucional, com base acadêmica para deliberação e técnica para manutenção;
- Ampliar a contribuição docente e discente nos canais de mídia universitária;
- Oportunizar a criatividade em rádio e televisão universitários.

Hospitais Universitários

- Promover amplo debate com a comunidade universitária sobre propostas que venham a alterar o regime jurídico e a natureza dos hospitais universitários da UFPR;
- Assegurar acesso a ensino de qualidade nos HUs;
- Negociar com o gestor municipal o ajuste de metas adequadas ao projeto educacional da UFPR;
- Expandir as parcerias com as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde;
- Assegurar a gestão por projetos, plano de metas e avaliação de resultados e impactos.

Plano Institucional de Informação

- Estabelecer e implantar Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação;
- Assegurar base de dados gerenciais confiável;
- Manter transparência e acessibilidade às informações;
- Propiciar treinamento e reavaliação do sistema, com programa de apoio ao usuário e grupo de usuários padrão. ■



Docentes aprovam jornada de lutas em defesa do ANDES-SN

Unidos, docentes das instituições de ensino superior públicas e privadas do país encerraram na madrugada desta segunda-feira (22/9) o III Congresso Extraordinário do ANDES-SN. Para enfrentar o recrudescimento dos ataques desferidos ao Sindicato Nacional, os 281 delegados de 62 seções sindicais reafirmaram a liberdade de organização sindical como princípio da entidade desde sua fundação e aprovaram um plano de lutas que visa dar uma resposta à estratégia do governo federal e da CUT/Proifes de desconstruir a efetiva e autônoma representação política e sindical dos docentes.

Uma das ações aprovadas é a realização de uma jornada de lutas em defesa do ANDES-SN, que culminará em um grande ato público em frente ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE em Brasília. Para dar sustentação à jornada, o plenário apontou a construção de um movimento político em defesa do Sindicato Nacional, tanto nas universidades quanto na sociedade, ampliando as alianças com entidades dos movimentos sociais e intelectuais, em âmbito nacional e internacional, com o objetivo de desmascarar a farsa articulada pelo governo com a CUT/Proifes para tentar criar um outro sindicato na base dos docentes das universidades federais e, assim, destruir o ANDES-SN.

Em um congresso marcado pelo clima de respeito, solidariedade e, principalmente, unidade, os docentes travaram discussões acaloradas, e referendaram as decisões tomadas na reunião assemblear de 6/9, nas imediações da sede da CUT, em São Paulo, quando foram impedidos de entrar na reunião convocada pelo Proifes para a criação de outro sindicato docente. Os 331 participantes do III Congresso Extraordinário – entre delegados, observadores, convidados e membros da diretoria – declararam que o ANDES-SN é o único sindicato dos docentes do ensino superior do país e repudiaram a tentativa do governo de tentar construir um sindicato para rachar a categoria, com o apoio da CUT/Proifes. “Este congresso entrará para a história do movimento sindical brasileiro”, afirmou o presidente do ANDES-SN, Ciro Correia, ao encerrar o evento.

Participação solidária

Representantes de diversas entidades participaram da solenidade de abertura para prestar solidariedade ao ANDES-SN e reconheceram o importante papel desempenhado pela entidade na defesa da educação pública e gratuita, assim como nas lutas mais gerais da classe trabalhadora por democracia e direitos sociais.

Os representantes da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – Fasubra Sindical e do Sindicato

Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – Sinasefe apresentaram as deliberações de suas categorias no sentido de reconhecer o ANDES-SN como único representante dos docentes do ensino superior. Os representantes da Intersindical e da Conlutas manifestaram a mesma posição, mostrando-se solidários à luta do Sindicato Nacional.

Também participaram da plenária e reafirmaram a disposição de lutar ao lado do ANDES-SN representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; da Coordenação de Lutas dos Estudantes - CONLUTE e do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, da Conlutas DF, entre outros.

Unidade docente

A proposta de reformar o Estatuto do ANDES-SN, retirando da base do Sindicato os docentes das instituições particulares de ensino superior - IPES, foi rejeitada pela plenária do III Congresso Extraordinário, no final da manhã de domingo (21/9). Por ampla maioria, a categoria reafirmou o ANDES-SN como o único e legítimo representante dos professores das instituições de ensino superior de todo país.

Dois propostas previam a alteração estatutária: a primeira, apresentada pela Associação dos Docentes da Universidade de Viçosa - ASPUV S. Sind., foi rejeitada por 206 votos contra 33 favoráveis e três abstenções. A segunda, apresentada pela ADUNIOESTE S. Sind., ADUNI-CENTRO S. Sind. e SINTUTFPR S. Sind., também foi rejeitada pela plenária por 141 votos contra 96 favoráveis e três abstenções. Esta última previa a alteração estatutária com a formalização em cartório condicionada à definição, por parte do Ministério do Trabalho, de que a medida seria suficiente para a resolução do impasse sobre o registro sindical.

Ao final da votação, a plenária comemorou animada o resultado, com o refrão “o ANDES unido jamais será vencido”. A votação foi precedida de um longo debate com 40 intervenções entre os que defendiam a manutenção do Estatuto do Sindicato Nacional e, conseqüentemente, a representação dos docentes das IPES, e os que viam na reformulação estatutária uma forma de pressionar o governo a rever a suspensão do registro sindical.

Uma das falas mais aplaudidas foi a do professor Adriano Sandri, demitido pela Universidade Católica de Brasília - UCB junto



com os demais dirigentes da ADUCB S. Sind. Sandri, que presidia a seção sindical na época, declarou: “fui demitido durante a Ditadura militar porque organizei duas greves na FIAT, na clandestinidade. Entrei no ANDES sabendo da suspensão do registro, fui demitido e enfrentei problemas, mas não me arrependo. Mesmo se essa assembléia votar por nos retirar do ANDES, continuarei sendo ANDES”.

Filiação à Conlutas

Os grupos de discussão não acataram a proposta de revisão da filiação do Sindicato Nacional à Conlutas, aprovada pelos docentes durante o congresso de Campina Grande, em março de 2007. A diretoria da ASPUV – S. Sind., autora da tese, alegava que uma das causas do afastamento do Sindicato Nacional das bases da categoria docente seria a “crescente partidarização das posições do sindicato”, provocada pelo pressuposto do aparelhamento da central por um partido político.

Os delegados, entretanto, tiveram outro entendimento acerca do tema. Conforme o 1º tesoureiro do ANDES-SN, José Vitório Zago, a filiação do ANDES-SN à Conlutas tem se mostrado uma decisão acertada do movimento docente, pois ela representa, hoje, a única central independente do governo e a única disposta a reorganizar os trabalhadores brasileiros. Para ele, principalmente neste momento em que o ANDES é vítima de fortes ataques, a solidariedade da Conlutas e de suas entidades filiadas tem sido fundamental para o Sindicato.

“A Conlutas é a única central contrária ao imposto sindical e qualquer outra forma de contribuição compulsória dos trabalhadores, o que também é o entendimento do ANDES-SN. Além disso, a Conlutas tem demonstrado uma atuação ativa no processo de reorganização dos trabalhadores, com campanhas contra a criminalização dos movimentos sociais e sindicais, pela retirada das tropas brasileiras do Haiti, entre outras, que são posições que o ANDES-SN corrobora”, acrescenta.



Mentiras sinceras me interessam?

Prof. Dr. Renato Roxo Coutinho Dutra

Setor Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná

*“Pequenas poções de ilusão.
Mentiras sinceras me interessam.”*

**(Maior abandonado –
Cazuza/Frejat)**

Ao longo de nossas vidas temos convivido constantemente com as tentativas de nos fazerem acreditar, apesar das evidências, em alguns fatos que não são aparentemente verdadeiros. E, não são poucas essas situações.

Diziam que, nos porões da ditadura, o jornalista Vladimir Herzog havia se suicidado; também que Paulo César Cavalcante Farias, tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor, teria assassinado sua companheira, Suzana Marcolino da Silva, e depois colocado fim à sua vida. Que o Prefeito Celso Daniel teria sido vítima de um crime comum e, ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci, nada tinha a ver com a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

Quem acredita?

Quem acredita no “Eu não sabia”, tão freqüente nas justificativas do nosso Presidente da República ou que o Governador do Ceará, Cid Gomes, tenha gasto uma fortuna na viagem à Europa, durante o carnaval, acompanhado da esposa, da sogra, de assessores e suas esposas, para tratar de negócios de interesse do Estado? Alguém acredita que o Deputado Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical, foi vítima, conforme ele mesmo afirmou, de armação de seus inimigos políticos? O Professor Hugo Chicaroni, que durante a Operação Satiagraha, foi acusado de fazer a ponte entre o

grupo de Daniel Dantas, o Opportunity, e o delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz, também afirma ter sido vítima de armação e se apresenta como tal, apesar das cenas comprometedoras veiculadas através da imprensa, oferecendo suborno. Quem acredita?

Quando acusados de alguma irregularidade, o discurso é sempre o mesmo: “Vou processar por infâmia, calúnia e difamação!” ou, negam as acusações através de suas assessorias ou advogados. Em alguma oportunidade alguém viu algum dos acusados assumir seus erros publicamente? Todos são sempre inocentes e/ou vítimas de armação?

O foro privilegiado, privilégio de alguns poucos, surgiu para salvaguardar a liberdade de expressão, ação e atuação e evitar qualquer tipo de patrulhamento ideológico durante os anos de chumbo e não para transformar ladrões de casaca em pessoas respeitáveis, inatingíveis pelo braço nem sempre tão forte da Lei, o que só favorece a impunidade daqueles que desrespeitam e desmoralizam as instituições democráticas; parece que não existem conseqüências para aqueles que fazem parte de um dos três poderes: executivo, legislativo ou judiciário, e cometem algum deslize.

Enquanto isso, o ex-reitor de nossa Universidade, Professor Moreira, defende durante a sua campanha política, que a democracia depende e necessita da alternância dos mais diversos grupos no Poder, para se fortalecer. Quem acredita, já que o seu grupo tenta se perpetuar no comando da Universidade Federal do Paraná, criando uma situação extremamente crítica durante o processo sucessório que aconteceu internamente. Casa de ferreiro, espeto de pau! Os discursos não

encontram eco nas ações dessas mesmas pessoas, que se mostram extremamente deslumbradas com o Poder e um incrível apego ao mesmo.

Perguntamos: O Professor não deveria edificar pelo exemplo?

Doce ilusão daqueles que defendem intransigentemente seus ideais e convicções.

E, a quem possa interessar, afirmamos: Mentiras sinceras não nos interessam!

Torna-se absolutamente necessário promover mudanças.

Aqueles que argumentam que as temem só podem ter enlouquecido. O que nos causa verdadeiro pavor é continuar com os mesmos, legislando em causa própria e locupletando-se na impunidade.

É incrível como nós, cidadãos brasileiros, somos constantemente desrespeitados, vítimas do deboche das autoridades constituídas que desprezam nossa capacidade de discernimento entre o certo e o errado, o bem e o mal, o justo e o injusto, o honesto e o desonesto, e apostam em nossa ingenuidade.

Enquanto a crise de alimentos e combustíveis compromete a qualidade de vida dos cidadãos, a crise de princípios e valores morais e éticos compromete o projeto de Nação. É necessário resgatar nossa auto-estima através de uma justiça célere, que estimule uma reação da sociedade organizada contra aqueles que desprezam a honra, a dignidade, a honestidade e a decência.

Este espaço é destinado a publicação de artigos e opiniões dos Docentes da UFPR, sendo vedado o anonimato.



Supremo proíbe universidades públicas de cobrar matrículas

Brasília - As universidades públicas não podem mais cobrar taxas de matrículas dos seus alunos. Por maioria, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) concluíram que a taxa de cobrança é inconstitucional, em julgamento conjunto de vários recursos extraordinários realizado ontem (13).

O principal recurso julgado foi o da Universidade Federal de Goiás (UFG) contra a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), sediado em Brasília, a favor de sete candidatos aprovados em

vestibular da UFG. O TRF-1 entendeu que a cobrança da taxa de matrícula feria a constitucionalidade do artigo 206, inciso IV, da Constituição, que determina que as instituições públicas de ensino têm a obrigação de prestar educação gratuita.

Ao final do julgamento dos recursos, os ministros do STF aprovaram, por unanimidade, súmula vinculante sobre a inconstitucionalidade da cobrança de matrículas de alunos em universidades públicas.

Fonte: Agência Brasil

Conselhos regionais recebem intimação de juiz para não mais cobrar anuidades de professores

Esta semana, o juiz da 3ª. Vara Federal de Curitiba, Paulo Cristóvão, intimou alguns conselhos regionais, proibindo a exigência da cobrança das anuidades correspondentes à inscrição profissional de docentes de dedicação exclusiva ao magistério.

São eles: Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região, Conselho Regional de Química da 9ª Região, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná, Conselho Regional de Biologia (Del. Regional do Paraná – 3ª Re-

gião), Conselho Regional de Veterinária do Paraná e o Conselho Regional de Farmácia.

Caso o conselho não cumpra a determinação, o órgão poderá ser multado no valor referente ao dobro do exigido do professor.

O despacho também prevê que a cobrança das anuidades só poderá ser mantida caso haja prova material em procedimento administrativo de que o docente possua outra atividade profissional que não o magistério.

Ação coletiva dos quintos e décimos movida pela APUFPR ganha parecer favorável do STF

A 3ª turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em decisão unânime, julgou favorável a ação coletiva movida pela APUFPR no. 2007.70000202191, que requeria a incorporação dos quintos e décimos aos docentes da universidade.

A ação foi movida em função da inadimplência da UFPR nos pagamentos dos valores referentes aos quintos e décimos, garantidos pela Lei 9624/98, a qual dava aos professores que possuíam car-

gos de chefia, no período de 1998 a 2001, o direito de incorporar um quinto do salário a cada ano na função de chefia, valor que depois passou ser um décimo.

A assessoria Jurídica da APUFPR está aguardando a publicação do acórdão do TRF para pedir a execução imediata da incorporação dos valores aos professores que se enquadram nessa situação, ficando para o término do processo o pedido dos valores retroativos.

ALERTA

A Direção da APUFPR informa que todas as ações judiciais movidas pela entidade são feitas através de sua assessoria jurídica representada pelo escritório Trindade & Arzeno Advogados Associados. Assessoria esta, que está à disposição dos docentes para qualquer tipo de esclarecimento, basta fazer o agendamento diretamente pelo telefone 3078-2424.

Tendo em vista que alguns professores têm recebido telefonemas de outros escritórios que supostamente possuem ações e ressarcimentos para serem pagos aos professores, a Direção da APUFPR esclarece e alerta que todas as atitudes jurídicas que envolvem os interesses dos docentes da UFPR defendidos pela APUFPR são feitas através do escritório Trindade & Arzeno.

Isso se estende também aos professores que individualmente utilizam a assessoria jurídica disponibilizada pela associação.

Qualquer ligação ou contato informando sobre possíveis ressarcimentos que não sejam dados pela APUFPR ou pela nossa assessoria jurídica, devem denunciadas imediatamente para a associação.

APUFPR registra termo de ressalva coletivo em nome dos docentes de 1º e 2º grau

A assessoria jurídica da APUFPR registrou, dia 14 de agosto, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 2º Ofício, o Termo de Ressalva que tenta proteger os professores de 1º e 2º grau contra possíveis malefícios da MP 431/08.

A notificação extrajudicial promovida pela APUFPR busca conservar e resguardar direitos legitimamente adquiridos pelos docentes, bem como vantagens pessoais e aquelas decorrentes de decisão judicial e indenizações.